

AS IDÉIAS GRAMATICAIS DE JOÃO RIBEIRO(*)

J. MATTOSO CAMARA JR.

É com um prazer duplo que vou tecer em nossa Academia algumas considerações sôbre as idéias gramaticais de João Ribeiro.

Em primeiro lugar, creio ser da mais alta importância nas nossas condições atuais um exame sistemático, de ordem crítica e interpretativa, sôbre as idéias dos nossos mais relevantes gramáticos do passado. Os estudos lingüísticos se acham no Brasil numa encruzilhada, prontos para tomar um caminho novo, e vários trabalhos que estão surgindo fazem-nos muito esperar do futuro. Já estão se esboçando soluções justas para problemas teóricos que vêm sendo uma fonte de perplexidades, implícitas, na posição doutrinária de muitos de nossos estudiosos mais esclarecidos: o conceito da correção em face do *devenir* perene da língua; o conflito entre a verdade histórica e o valor atual das formas; o ideal da língua “pura” em inglória defensiva ante um empréstimo que é constante, inevitável e até necessário do ponto de vista da eficiência social da língua. Ao mesmo tempo, aperfeiçoa-se o método da interpretação e exposição gramatical, já bem mais desvencilhada da preocupação logicista, tanto quanto do psicologismo, que se lhe sucedeu. Ora, num momento dêsses é que se faz particularmente importante uma tomada de consciência em relação aos nossos antecessores. Impõe-se um balanço do que eles pensaram, onde erraram ou ao contrário se aproximaram da verdade, quando viram certo e claramente o disseram, ou, pelo menos, o deixaram entrever numa formulação vaga ou insuficiente embora. Só assim se conseguirá engrenar o pensamento atual com o passado, condição precíua para desenvolvermos uma ciência lingüística bem plantada em nosso meio e sem maior solução de continuidade no tempo, o que é, por sua vez, imperativo para não cairmos num arremêdo do pensamento doutrinário estrangeiro, elaborado

(*) — Palestra na Academia Brasileira de Filologia, em 27 de agosto de 1960.

na base de outras línguas, de outras experiências lingüísticas ou mesmo de uma filosofia da linguagem que (como, por exemplo, a do behaviorismo de Bloomfield) não se coaduna com a nossa vivência nesse particular.

Mas há um segundo motivo para tornar um prazer essa tentativa de estudo da personalidade de João Ribeiro como gramático. É que entre tantos outros, dignos da nossa maior atenção, êle sobressai por um conjunto de características que o fazem um modelo e um exemplo para os estudiosos de hoje.

O raciocínio agudo e penetrante, servido por uma erudição enorme e incansável, vai de par com um temperamento que não é comum na grei dos gramáticos, com razão havidos desde a Antiguidade como sêres desumanizados, petulantes e teimosos, capazes dos maiores sofismas para não recuarem de uma posição menos pensadamente assumida. O nosso João Ribeiro — é verdade — entrou não poucas vêzes naquelas famosas “polêmicas”, do gôsto (ou do mau gôsto) de sua época, onde ao debate largo e compreensivo das idéias se substituiu a agressão pessoal, disfarçada sob uma expressão literária, e o gramático se entregava ao inglório mister de denegrir e desprestigiar seus companheiros com a arte satírica (ou o arremêdo dessa arte) de Juvenal, Pope ou Boileau. Como é confrangedor, em verdade, vermos assim se tratarem um João Ribeiro e um Pacheco Junior, um João Ribeiro e um Oskar Nobiling, um João Ribeiro e um Leite de Vasconcelos, um João Ribeiro e um José Oiticica! Esvaídas as paixões contemporâneas e os partidarismos estreitos, é com incontido mal-estar que lemos essas polêmicas, lamentando muito menos o agredido do que o agressor, que assim decaiu da sua serenidade e respeitabilidade de estudioso honesto e objetivo. Mas, em relação a João Ribeiro, o que há de positivo e altamente confortador é que nesse particular êle apenas cedeu às injunções exteriores, que vinham do próprio ambiente cultural em que vivia, e nada em seu temperamento e espírito o impelia, de dentro para fora, a assim proceder. É em regra êle próprio que mais tarde deplora explicitamente, ou implicitamente lamenta, o papel que fôra levado a assumir, contemplando com placidez filosófica a extravagância das exibições satíricas de um e outro lado. Assim, em 1902, comenta o seu debate com Pacheco Júnior em 1887: “Sinto agora que fui

agressivo, mas não tenho já a *equação pessoal* minha nesse remoto momento; sabia que me estava prometida uma *sova filológica* no mesmo jornal em que escrevia. Outros elementos, dos que se chamam *imponderáveis*, já estão perdidos para a minha memória”. E, em aditamento à sua polêmica com Nobiling: “O Dr. Nobiling, infelizmente, morreu, privando a filologia portuguesa de seus bons serviços, reais e proveitosos”. Da mesma sorte, em 1931, na *Selecta Clássica*, é assim que fala do seu grande antagonista de 1912: “O *Livro de Eso-po* foi descoberto e editado pelo erudito filólogo português Dr. J. Leite de Vasconcelos”; e um dos temas da polêmica azêda — o étimo de *igreja* — passa a ser tratado com serenidade e discordância meramente objetiva numa nota que começa — “em um dos seus interessantes opúsculos, diz J. Leite de Vasconcelos. . .”.

É que a tendência espontânea de João Ribeiro foi sempre ouvir e pesar as objeções, e aceitá-las de boa mente sempre que lhe pareciam afinal acertadas. E êle próprio, aliás, vivia se fazendo contínuas objeções e modificando de tempos a tempos os seus pontos de vista. Não raro, até, não se vexa de ficar indeciso, pesando escrupulosamente os prós e os contras de cada opinião doutrinária, numa encantadora indecisão, que não receia sequer a incoerência. É desta sorte que consegue fugir da atitude de legislador formalístico e convencional (que é a regra geral do seu tempo e persiste ainda hoje) para se tornar o pesquisador, sereno e honesto, de uma ordem de fatos sociais — os fatos da língua. Em outros termos, apresenta-nos uma mentalidade genuinamente científica no tipo de estudo que escolheu, pois a mentalidade científica não é o apanágio das “ciências” *stricto sensu*, ou seja, as da natureza e a matemática, mas tem de estender-se às humanidades, que também são ciência, em sentido lato (E quem o ousaria contestar depois de Dilthey?).

Como nós todos “temos os defeitos das nossas qualidades”, é possível que João Ribeiro tenha levado um pouco longe demais a revisão das próprias idéias, fazendo-a até quase ao mesmo tempo que as expunha, numa apresentação que perde a firmeza de diretriz e raia pela insegurança doutrinária. Em *Autores Contemporâneos*, por exemplo, a 7.^a edição oferece dois sistemas de ortografia: a simplificada, ou “sô-

nica” da Academia Brasileira de Letras, nas anotações; e a “usual”, ou “etimológica”, nos textos dos autores e na “Introdução”, inclusive na parte em que é exposta a ortografia simplificada.

Ora, ao gramático tem de se exigir um mínimo de sistematização coerente, onde os princípios se enquadrem de maneira harmônica e rigorosa. E, se aceitarmos êsse ponto de partida, temos de reconhecer que João Ribeiro era pouco gramático, não por falta de perspicácia gramatical (que a tinha muito grande), mas por tendência mental de pesquisador curioso e assistemático. Repugnava-lhe o espírito geométrico, e foi por isso, provavelmente, que logo se entregou ao idealismo de Vossler, fonte dos livros seus que mais popularidade lhe deram e onde, com efeito, mais brilhou a sua agudeza e imaginação filológica, servida por uma cultura lingüística da mais sólida amplitude. As *Curiosidades Verbais*, as *Frases Feitas*, *A Língua Nacional*, as *Páginas de Estética*, e mesmo os *Estudos Filológicos*, quase que obra de estréia, aí estão para atestá-lo. A imaginação filológica, principalmente, que seu filho (e feliz herdeiro de tantas facetas do seu espírito), nosso ilustre colega de Academia, louva com razão na obra paterna, reponta a cada passo nesses livros em soluções muitas vezes das mais felizes. Haja vista a explicação para a forma *malcriação*, um dos pontos de divergência com Pacheco Junior, quando parte de um adjetivo *mala* por dedução teórica, para estranheza do seu contendor, apegado à técnica positivista dos textos comprobatórios: “eu não lhe pedi *documentação* da forma *mala criação*; mas fique S. S.^a sabendo que tinha o direito do *exigi-la*”, afirma com azedume o velho gramático. Não menos ousada (se bem mais discutível) é a sua filiação de *quitanda* na família de *cinco* como derivação de *via quintana*, onde nos acampamentos romanos se vendiam legumes e frutas. Já certa repugnância pelo sistemático e uma incontida atração pelo anedótico e o “curioso” na língua o faz ater-se à história fabulosa do “Heitor Mendes” para explicar o adjetivo *mendes* da linguagem quinhentista, rejeitando o étimo *medês* de Carolina Michaelis, quando o mais provável é que o “Heitor Mendes” seja uma racionalização *a posteriori* em face do adjetivo já existente. Em verdade, o étimo de Carolina Michaelis me parece inconcus-

so, como disse alhures (*Verbum*, X-4, 1953). É um caso semelhante o da locução adverbial popular *à bessa*, que também João Ribeiro, em quem se louva o professor Silveira Bueno, filia um certo Bessa, muito perdulário no antigo Rio e outros fazem resultar de uma história, concreta, à maneira das de Castro Lopes, em que entra até o Presidente Rodrigues Alves (guio-me pelas informações de Antenor Nascentes, na sua *A Gíria Brasileira*), quando um rastro muito mais razoável e seguro me parece ser o termo *bessa*, de dialetos alpinos italianos, no sentido de “bicho” (lat. *bestia*), como depreendeu Robert Hertz (*Melanges de Sociologie Religieuse et Folklore*, Paris, 1928) a propósito de um culto de “Santo Bessa”, que não é mais que a reminiscência de um culto rupestre (com a rocha, ainda sagrada, identificada com um carneiro).

Seja como fôr, todos êsses exemplos, de valor e probabilidade diversa, são singularmente expressivos do feitio mental de João Ribeiro, de quem, aproveitando um conceito de Antenor Nascentes sôbre o idealismo, podemos dizer que avança pela filologia com a imaginação de D. Quixote, sem atender aos cautelosos Sanchos Panças de espírito neogramático.

É, não obstante, inconcusso que no campo estrito da gramática também fêz muito o nosso João Ribeiro, embora sem aquela sistematização nítida e formulação estruturada que fazem da *Gramática Secundária*, de Said Ali o livro até hoje insuperado em seu gênero para a língua portuguesa.

A *Gramática Superior* de João Ribeiro, no seu plano pouco articulado e com certas incoerências doutrinárias, é um manancial de interpretações e soluções que merecem conhecimento exato, exame cuidadoso e abeberamento contínuo por parte dos estudiosos de hoje. Não é um trabalho crítico dessa envergadura que pretendo agora nesta rápida e despretenhiosa palestra. Deixo-o a outros em melhores condições de fazê-lo, e limito-me a respigar certos pontos — entre os que me parecem positivos ou só aparentemente negativos — naquele rico e apreciável tratado.

Começo pelo próprio conceito de “gramática”. É certo que, usando o chavão tradicional que até hoje se repete (já agora com muito menos desculpa), êle nos diz que a gramática (descritiva) “é a arte que ensina a falar e escrever corre-

tamente, isto é, segundo o uso das pessoas doudas” (p. 4). Mas tem o cuidado de restringir o conceito com o acréscimo da ressalva “ou prática”, que coloca êsse tipo de descrição nos limites do âmbito pragmático (ou, digamos, da instrução elementar) e deixa todo o campo da pesquisa lingüística à genuína gramática descritiva, que necessariamente estrutura os fatos da língua (em todos os níveis de comunicação, desde o popular ao literário) e com que já lucidamente nos acenara: “tôda a língua tem gramática, porque os vocábulos que servem para a expressão das idéias tomam variações de forma, de colocação e de sentido suscetíveis de serem generalizadas, isto é, construídas sob o tipo de *leis* ou *regras*” (p. 3). Assim, a gramática do ensino escolar não é mais do que essa generalização feita na base da língua literária, que a organização social e a eficiência da comunicação nos planos mais complexos da vida coletiva obrigam como pauta de intercâmbio lingüístico no quadro da vida pública e da exteriorização escrita em que essa vida essencialmente se baseia. É o que está, embora com certa vaguidade e imprecisão, consubstanciada numa definição inicial de João Ribeiro: “coordenação das fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida” (p. 3).

Neste ponto, entra necessariamente o conceito da “correção”, em que tanto têm patinhado os estudiosos da linguagem em todos os tempos. As duas diretrizes, que parecem verdadeiramente seguras nesse particular, são a da eficiência da comunicação, que é onde se firma Jespersen, e a do modelo lingüístico da situação social a que a comunicação tem de servir, que é em última análise a orientação de Charles Fries no inglês americano. Evidentemente elas se complementam para dar ao ensino escolar um objetivo nítido e consciente: de um lado, na preparação para o manuseio da língua literária e da língua escrita geral, que na língua literária em grande parte se nutre; de outro, na padronização de hábitos lingüísticos orais em consonância com o que as camadas ilustradas de uma comunidade espontaneamente aceitam sem surpresa ou estranheza.

Tal não tem sido, porém, a maneira de encarar o tema, em regra, entre nós. Ora, o gramático se coloca exclusivamente na língua literária, impondo-a impensadamente a tô-

das as situação de comunicação lingüística, e — o que é pior — parte de uma língua literária sem delimitação no tempo, trazendo à colação, para as regras que nos impinge, Fernão Lopes e Camões, Vieira e Herculano, João de Barros e Machado de Assis; e tudo isso com a agravante de misturar estilística e gramática num *melting pot*, em que os traços expressivos e pessoais de um dado escritor, na sua mensagem estética, são apresentados como fórmulas imperativas de bem dizer. Ora, ao contrário, o gramático se situa fora da língua propriamente dita, para olhá-la de um ponto de vista lógico e daí legislar “filosoficamente”, podando e extirpando na realidade lingüística tudo que não se compadece com um esquema abstrato que *a priori* estabeleceu; e — o que é, ainda uma vez, pior — não raro confundindo com a lógica as suas predileções pessoais, à maneira dos críticos de arte que, na *bou-tade* de Stendhal, recriminam desolados o artista: “Meu amigo, você é um caso perdido; tem o mau gosto de apreciar espinafre, enquanto eu, como crítico abalizado, rejeito espinafre e só como ervilha”.

A primeira atitude — a do chamado “respeito aos clássicos” — João Ribeiro pagou durante algum tempo o seu tributo, como mostram muitas notas dos *Autores Contemporâneos*. Mas já na *Selecta Clássica* toma de preferência a atitude de um pesquisador objetivo e revela atenção e simpatia para com os fatos da língua popular, que em regra para o gramático tradicional são “erros” absolutos (ou, como se diz no seu linguajar pseudo-literário, “vitandos”), em vez do que são a rigor na realidade lingüística — “vulgarismos”, que, no teor de linguagem para que a escola prepara os jovens, se rejeitam ou só se aceitam com estranheza. E essa simpatia o desvenilha afinal do preconceito, que leva ao convencional e à “teratologia” (a expressão é sua) e inspira o intróito d’A *Língua Nacional*, onde da página 7 à página 22 se tem uma profissão de fé sobre correção lingüística, focalizando a situação concreta brasileira, em termos “idealistas” e mesmo um tanto “nacionalistas”, mas em correspondência implícita com o que vimos ser o ponto de partida de Jespersen e Fries.

Outro preconceito — o da “verdade histórica” —, muito generalizado em seu tempo (como ainda hoje), desde que a

lingüística se constituiu como ciência historicista, reponta aqui e ali na obra gramatical de João Ribeiro. A confusão do plano diacrônico com o sincrônico — tão incisivamente denunciado por Saussure e hoje salutarmente abolida na lingüística norte-americana e de maneira geral na lingüística européia, — era até certo ponto uma consequência da sua atitude vossleriana, pois o esteticismo de Vossler insiste no *devenir* da linguagem como um processo incessante de aperfeiçoamento expressional e só vê a padronização sincrônica pelo seu lado negativo de tentativa de estancamento do impulso vital de uma expressão que quer estilisticamente progredir. É a confusão do plano diacrônico e do sincrônico que o leva, por exemplo, na *Gramática Superior* a negar o conceito de “verbos irregulares”: “històricamente, os irregulares são os que conservam a maior regularidade, isto é, conservam pela filiação histórica as formas latinas de onde se originaram” (p. 29). Ou, em termos de lingüística moderna, — a regularidade não é a afirmação da “forma básica”, em face do “alomorfe” (de acôrdo com um ponto de vista sincrônico puro), mas a atuação “regular” das “leis fonéticas”, quando livre do nivelamento analógico. Estamos, portanto, aqui ainda no ponto de vista pré-saussuriano, em que a analogia se considerava uma perturbação para a evolução fonética e na sua indesejada interferência era até denominada “falsa analogia”, ao invés de se interpretar como o processo legítimo de estruturação gramatical em cada estado lingüístico.

Não é de admirar que nesse ponto João Ribeiro tenha pago a sua contribuição às idéias da época. O que é de admirar (e entra num saldo muito positivo em seu favor aos olhos do estudioso de hoje) é que essas idéias historicistas não o tenham impedido de encetar uma apreciável análise sincrônica do verbo em português. Em termos biológicos, que desde Schleicher eram de moda nos estudos lingüísticos (e encontraram tão intensa expansão entre nós na teoria gramatical de Maximino Maciel, um filólogo *doublé* de botânico, como o próprio Schleicher), João Ribeiro chama ao seu esquema de análise mórfica — “organografia”, e caracteriza o elemento mórfico como independente das “simples letras ou sílabas”, isto é, estabelece, de acôrdo com a atual orientação descritiva, a separação entre o plano mórfico e o plano foné-

tico, fugindo à “confusão dos níveis” contra a qual tanto se precatam Bloomfield e seus discípulos.

No verbo português, teve a percuciência de destacar um elemento flexional indicador do tempo verbal e a que chamou “incremento”, fazendo a conjugação verbal resultar de uma soma dêsse incremento e da desinência (“flexão”) de número e pessoa e chegando por êsse meio a estabelecer estruturalmente 3 séries de tempos verbais: 1) tema + flexão (sem incremento); 2) tema + flexão “ligados mediatamente com a intercalação do incremento *r*”; 3) tema + flexão “ligados mediatamente por intercalação do incremento *v* ou *ss*” (p. 88). Não é, evidentemente, uma solução inteiramente satisfatória: falta a individualização do elemento temático, característico da conjugação, o qual João Ribeiro confunde com a desinência de número e pessoa (ex.: —*a* de *am*+*a*) ou integra indevidamente no incremento (ex.: ensinando que o incremento *r* se desenvolve em —*ar*, —*er*, —*ir*); e a associação de *v* e *ss* na sua 3.^a série de tempos verbais parte do argumento diacrônico de que *ass*, *ess*, *iss* correspondem ao latim *avisse* etc. (ibid.). Por outro lado, há na *Gramática Superior*, constante, a idéia de que “tema” é sinônimo de “radical”, ainda contradiga infelizmente em muitos de nossos teóricos de hoje, e essa falha na decomposição mórfica do vocábulo não lhe permitiu ver uma vogal temática de conjugação, de função puramente classificatória, somando-se ao conjunto nocional do chamado “incremento” e da desinência de pessoa e número (ou seja, por exemplo, —*avas* dividindo-se espontaneamente em —*a*- índice da conjugação, —*va*- “incremento” de pretérito imperfeito indicativo, e —*s*, desinência de 2.^a pessoa singular). É que lhe faltava um conceito indispensável para a justa análise mórfica do verbo (como de outros vocábulos): o de morfema zero, que explica a ausência de desinência de pessoa em formas como *ama* (*am*+vogal temática *a*) ou *amava* (*am*+vogal temática *a*+ “incremento” *va*).

Ribeiro de Vasconcelos, na sua *Gramática Portuguesa* (s. d.), aproximou-se mais da genuína análise, mas também se perturbou muito mais com as considerações diacrônicas, procurando manter uma equivalência *pari passu* com a análise latina. É assim um dado positivo relevante, na contribuição gramatical de João Ribeiro, êsse esforço embora imperfeito

de análise da forma verbal, que no seu tempo até Said Ali deixou de lado, limitando-se a separar a flexão do radical.

Em verdade, a *Gramática Superior*, apesar da intromissão das considerações históricas na descrição dos fatos atuais, explicável pela orientação geral da época, revela uma grande sensibilidade às contradições que com isso se estabelece nos conceitos doutrinários. E procura evitá-las, ou pelo menos obviá-las, por um afrouxamento do que então parecia o rigor científico. Assim, depois de firmar as noções de vocábulo “primitivo” e vocábulo “derivado” pelo critério histórico da proveniência do latim e da formação dentro do português, respectivamente, atenua a rigidez dessa posição, que conduz a um impasse, com a observação seguinte: “Na prática não convém levar ao exagêro o rigor dêste critério. Alguns nomes se tomam por derivados, embora tenham vindo do latim diretamente”; e cita — “anual, pedreira” (p. 11). Análogamente, propõe uma compreensão sincrônica para a *raiz* como “o núcleo da palavra, despida dos seus afixos” (p. 50) e opondo-a logo em seguida ao conceito clássico, na gramática comparativa, de “forma hipotética de onde decorreu uma série de vocábulos que têm entre si afinidade material e de sentido, mais ou menos definida e explícita” (ibid.).

Não é menor prova de perspicácia gramatical a sua rejeição do sistema de dividir os adjetivos em qualificativos e determinativos, corrente na época e a que ainda se atêm tantos de nossos teóricos. Da mesma sorte que Said Ali, João Ribeiro percebeu claramente a natureza pronominal dos chamados adjetivos determinativos, e a solução justa — de estabelecer uma classificação primária de nomes e pronomes, e em cada uma dessas classes outra secundária de substantivos e adjetivos, conforme o funcionamento independente ou adjunto — está implícita na sua desassombrada afirmação de que “em verdade, os adjetivos determinativos são simultaneamente adjetivos e pronomes” e que “a discriminação das funções é apenas apreciável no texto da frase” (p. 19). Só a sua tendência ao compromisso e relutância das atitudes radicais explicam a solução intermédia de restringir a designação de “pronomes” aos pronomes pessoais e criar uma classe de “determinativos” para os vocábulos gramaticais que “marcam a referência dos nomes sem indicar nenhuma qualidade”, para

imediatamente, entretanto, acrescentar — “também se chamam *pronominais*” (p. 19).

Seria fácil ir assim alinhando contribuições positivas, umas cabais, outras meio incompletas e outras enfim sob a forma de sugestões explícitas ou implícitas, na teoria gramatical brasileira, por parte de João Ribeiro. Mas já vai longe esta palestra, que não quero, como a epístola de Nicolau Tolentino, transformar em “testamento ou sermão”: sermão seródio de pregador gramatical incorrigível, que se aproveite do panegírico de um grande mestre para fornecer à geração estudiosa de hoje um testamento de idéias ruminadas em uns bons trinta anos de magistério. Limitar-me-ei, portanto, a apenas focalizar ainda um aspecto da *Gramática Superior* que é até certo ponto negativo, mas ao mesmo tempo comprova apreciável lucidez doutrinária.

Refiro-me à exclusão da “Fonologia” da exposição gramatical, de um lado, e, de outro lado, à constante confusão entre “som vocal” e “letra”, quando nos “Estudos Complementares” (p. 178 ss.) trata subsidiariamente do assunto, de um ponto de vista unicamente histórico.

João Ribeiro pertencia a uma geração de gramáticos brasileiros que a rigor só se situavam na língua escrita. É uma atitude compreensível para a época, e que apenas prolongava a linha dos primeiros lingüistas comparativistas, como Bopp e Grimm, neste sentido denunciados por Jespersen. A focalização da realidade oral se deu mais tarde, já no último quartel do séc. XIX, com a escola dos foneticistas que se preocupavam com as línguas vivas (quer para o ensino das línguas estrangeiras, quer para as pesquisas dialetológicas). Em Portugal, o movimento surge desde a última década do séc. XIX, por causa da tese de doutorado de Leite de Vasconcelos e principalmente em virtude da atuação de Gonçalves Viana, que foi antes de tudo um foneticista. Mas no Brasil faltava o contacto direto dos nossos filólogos com os centros universitários franceses e alemães, muito mais fácil em Portugal. Foi lentamente que se veio constituindo entre nós uma tradição fonética, primeiro nos tentames de Franco de Sá e finalmente, em geração bem mais recente, com José Oiticica e Antenor Nascentes.

João Ribeiro não tomou essa direção e ficou de maneira geral com o seu tempo, embora já na velhice tenha feito finas observações fonéticas, como, por exemplo, sobre a freqüente permuta, na pronúncia geral brasileira, entre /e/ e /i/ e /o/ e /u/ em posição pré-tônica (e neste particular viu com clareza que se trata de uma permuta de vogais e não de um suposto timbre intermediário, dito “reduzido”, como afinal firmou indevidamente a nossa tradição gramatical). Ora, assim alheado da verdadeira técnica fonética, foi melhor, em verdade, que banisse da *Gramática Superior* uma exposição de ordem fonética que nas gramáticas do seu tempo é um compromisso vago e muito insatisfatório com as novas idéias, as quais os autores dessas gramáticas não dominavam com um mínimo de segurança.

Mas seria uma injustiça nos limitarmos a essa apreciação no caso vertente. É preciso atentar que a fonética, tal como se constituiu nos fins do séc. XIX e entrou em Portugal com Gonçalves Viana, era um estudo de base naturalística e não um estudo gramatical. Os seus próprios adeptos a proclamavam uma “ciência natural anexa à lingüística”, e até em Saussure ainda vamos encontrar explícito êsse ponto de vista, embora já esteja aí estabelecido o novo conceito de fonema, que implicitamente altera os dados da questão. O estudo dos sons vocais só passa a participar propriamente da gramática com o desenvolvimento das diretrizes que partem do “fonema” *stricto sensu* e não do som da fala em sua exata realidade física; cria-se então o que Bühler chamou a “gramática dos sons”, nova parte, indispensável daí por diante, numa adequada exposição gramatical de uma língua. É, portanto, um índice de lucidez que João Ribeiro tenha pôsto de lado, em sua *Gramática*, um assunto que êle só podia encarar à luz da fonética naturalística do seu tempo. E que procedeu pelo motivo que acabo de dar mostra nitidamente a nota, na página 4 da *Gramática Superior*, em que se justifica louvando-se em Sweet.

Como auxiliar da “filologia”, isto é, dos estudos histórico-gramaticais, só se fazia mister, a seu ver, uma rápida exposição fonética na parte complementar da sua *Gramática*, em que procura, a título de vulgarização, dar alguns informes

sobre os princípios da evolução lingüística, que é a essência do que êle, com seus contemporâneos, entende como “filologia”. Daí, as páginas 281-2 com o título — “Fonologia. As Letras”, numa brevíssima introdução à teoria evolutiva geral das línguas (evidentemente hoje obsoleta).

E com a segunda parte do próprio título, que acabo de citar, deparamos com uma aparente confusão entre som e grafia. “Fonologia. As Letras” — é em verdade uma associação de termos que imediatamente choca os estudiosos de hoje. A leitura, porém, do texto mostra que se trata de uma confusão de nomenclatura e não de ordem doutrinária. Para fazer justiça a João Ribeiro, neste particular, é preciso ter em mente o que nos diz David Abercrombie num recente artigo sobre a história do conceito de *letra* (“What is a letter?”, em *Língua*, II-1, 1949), artigo que o próprio autor sumaria nas seguintes palavras: “A aplicação do vocábulo ‘letra’ exclusivamente aos caracteres gráficos é uma recente limitação de sentido. Como termo técnico da gramática tradicional, êle originariamente se reportava a uma entidade que possuía três atributos ou aspectos: *nomen*, *figura* e *potestas*. Os antigos autores serão mal interpretados se não entendermos bem o que está implícito neste conceito” (p. 54). É o que, em termos modernos, podemos exprimir com associar a *potestas* da letra ao novo conceito de “fonema” — ou seja, uma entidade fônica permanente na língua, através das incessantes variações de contexto e de situação, e que pelo seu valor permanente estrutura as formas e lhes dá individualidade. É claro que a ambigüidade da denominação pressupõe e favorece certa confusão, ou pelo menos vaguidade, de idéias, e entre a entidade gráfica (*nomen*, *figura*) e a fonética (*potestas*) os antigos gramáticos navegavam entre Cila e Caribdes, naufragando inglôriamente, não raro, de um ou de outro lado. Mas, de qualquer maneira, era melhor para João Ribeiro (e é um elemento positivo em seu favor) que tenha mantido a velha nomenclatura, em vez de falar em “som vocal”, ou como Leite de Vasconcelos e Gonçalves Viana, em “fonema” no sentido de “som vocal”, quando o seu objetivo não era um estudo descritivo naturalístico dos sons vocais portugueses, senão uma focalização do som vocal padronizado e “gramaticalizado” da língua, para mostrar como de um sistema de sons dessa es-

pécie se passa, com a evolução lingüística, para outro sistema congênere.

Essas nossas considerações não pretendem ser as desculpas e explicações rebuscadas de um panegírico, mas antes visam a mostrar como a melhor maneira de compreender um autor de outra geração é olhá-lo com simpatia e respeito, sem nos impressionarmos com as suas falhas mais aparentemente indesculpáveis. Eu quisera que desta desprestigiada e insignificante palestra ficasse com isso, pelo menos, uma contribuição para a exegese dos nossos antigos gramáticos, o que de início acenei como um grande desiderato para os atuais estudos lingüísticos no Brasil: não examiná-los com a superioridade tola de quem está sobre eles adiantado, apenas, por força de viver numa época mais adiantada que a deles; mas estudá-los com carinho, procurando apreciá-los em sua própria época e sobretudo depreender o que há de valioso e rico numa exposição que à primeira vista pode nos parecer obsoleta, ou até inteiramente superada.